



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002053-86.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP.

ASSUNTO: Inexigibilidade - Contratação da empresa especializada na prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário - Prédios da Justiça Eleitoral em Porto Velho.

PARECER JURÍDICO Nº 255 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Inicialmente, função de erro material, pede-se que seja desconsiderado o Parecer Jurídico nº 253/2023 (1083242). Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP ([1076380](#)), visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário para suprir a demanda desta Justiça Eleitoral em Porto Velho, de acordo com os contornos gerais da contratação descritos no Documento de Formalização de Demanda ([1076382](#)).

02. Registra-se que o pedido da contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei nº 14.133/2021 aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO nº 9, de 11/10/2022, nos arts. 2º e 26º, inciso VI, publicada no DJE TRE-RO nº 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

03. Por meio do Despacho nº 2548/2023 ([1076398](#)), o Secretário da SAOFC analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não exigiria** a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º da IN TRE-RO nº 9/2022, encaminhou o processo à SEAP para elaboração do Termo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

04. Para cumprimento do referido despacho e instrução do feito foram juntados os seguintes documentos ao processo:

I - Condições Gerais ([1076810](#)) para instruir a Cotação de Preços nº 1/2023 - SEAP ([1076514](#)) e a comprovação do envio desses documentos ao mercado potencialmente fornecedor ([1077883](#) e [1077960](#));

II - Proposta da empresa - **CRT PORTO VELHO S/A**, CNPJ 44.357.569/0001-84 ([1077961](#)), no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) e documentos comprovem sua regularidade mínima para contratar com a Administração Pública ([1077965](#), [1077967](#), [1077968](#), [1077970](#), [1077971](#), [1078013](#) e [1083011](#)); **documentos complementares da proposta**, a saber: licenciamento ambiental ([1077962](#)); alvará e funcionamento ([1077963](#)); anotação de Responsabilidade ([1080137](#)), termo de compromisso ambiental ([1080138](#)), declaração de equipamentos adequados ([1080136](#)), comprovante de treinamento ([1080135](#)) e certidão de licenciamento sanitário ([1080393](#)),

III - **Contrato Administrativo nº 042/2023**, firmado pela Prefeitura do Município de Porto Velho na data de 04/08/2023, pelo prazo de 12 meses a partir da data última assinatura, com a empresa **CRT PORTO VELHO S/A**, que tem como objeto a destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU do Município de Porto Velho/RO. De acordo com o preâmbulo do referido instrumento a contratação foi formalizada com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93 ([1078119](#));

IV - Solicitação de envio de documentos de habilitação ([1080134](#)), vindo ao processo os seguintes documentos da empresa **CRT PORTO VELHO S/A**:

i. certidão (*sic*) de treinamento de equipe, inclusive para a atividade de gerenciamento de resíduos ([1080135](#));

ii. certidão (*sic*) de posse dos equipamentos adequados e pessoal capacitado para o tratamento e destinação final de resíduos em aterro sanitário ([1080135](#));

iii. indicação de responsável técnico da empresa, o Engenheiro Civil Filinésio Edir Correa Soares, conforme ART expedida pelo CREA-RO ([1080137](#));

iv. termo de compromisso de destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos ([1080138](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

v. licença sanitária expedida pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Porto Velho que lista, entre outras, a atividade de tratamento e disposição de resíduos não perigosos ([1080393](#)).

V - Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta - ICVEC ([1080140](#)), no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais);

VI - O Termo de Referência nº 3/2023 - COMAP ([1080402](#)) - versão final, que reproduz as regras da contratação direta, por inexigibilidade de licitação.

05. Por meio do Despacho nº 2642/2023 ([1080404](#)) o Secretário da SAOFC determinou a remessa do processo à SAC para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação, à COFC para programação orçamentária, à SECONT para elaboração de minuta de instrumento contratual, e, por fim, a esta Assessoria Jurídica para emissão de parecer.

06. A Seção de Apoio às Contratações (SAC) concluiu sua análise nos seguintes termos ([1080405](#)):

3- Como já registrado nesta análise, comprovou-se a regularidade da empresa CTR PORTO VELHO S/A, CNPJ: 44.357.569/0001-84, para contratar com a Administração Pública.

4- Após a análise formal, verifica-se que a FASE DE PLANEJAMENTO, constituída pelo DOCUMENTO FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD), evento ([1076382](#)); pela PESQUISA DE PREÇOS - ICVEC, evento ([1080140](#)) e pelo TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 3/2023 - PRES/DG/SAOFC/COMAP 1080402 ([1080402](#)), complementado pela proposta atualizada juntada no evento ([1077961](#)), e documentos de habitação, encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021, para contratação direta por inexigibilidade de licitação, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO.

07. Informada a fonte orçamentária pelo titular da SAOFC ([1078017](#)) e realizado o ajuste no Planejamento Orçamentário 2023 relativo aos valores a serem executados no presente exercício ([1078234](#)), o Coordenador da COFC registrou ainda em relação à execução da despesa no exercício de 2024:

Trata-se de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024 para o qual não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro, dos valores a serem executados em 2024, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024 e da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME.

Conforme autorização da SAOFC ([1078017](#)) no exercício financeiro de 2024 haverá o devido ajuste no planejamento orçamentário com remanejamento de "Manutenção predial sob demanda - imóveis da JE em Rondônia" para "Serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos" posto que este item de despesa não constou da PLOA 2024.

Em complemento, registra-se que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação.

08. Na sequência, após determinação do Coordenador da COFC ([1080932](#)), veio ao processo a programação orçamentária para a cobertura das despesas no exercício de 2023 ([1080964](#)), reserva orçamentária no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) que registra, ainda, que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro. De notar-se que a programação é inferior ao valor remanejado no orçamento de 2023 ([1078234](#)).

09. A minuta do contrato que regulará a relação entre as partes foi juntada ao processo no evento [1080396](#). Dessa forma instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica.

É o necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

10. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0002053-86.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Por sua vez, no regime jurídico da **Lei nº 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

*Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.*

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

*§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)*

12. O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei nº 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Da possibilidade da contratação pretendida - Situação de inviabilidade de competição - Inexigibilidade de licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. A Inexigibilidade está regulamentada no art. 74 da Lei nº 14.133/2021 que estabelece, dentre outras coisas, que a licitação será inexigível sempre que a competição for inviável. Nesse sentido, o próprio artigo define que se considera inviável a competição em casos de:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos; (sem destaque no original)

14. Contrário senso, havendo possibilidade de instaurar-se competição para o fornecimento do objeto, não poderá a Administração lançar mão da via excepcional da inexigibilidade, como assentado, de forma exemplificativa, no **Acórdão TCU nº 125/2005 - Plenário**:

Acórdão 125/2005 Plenário: Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

15. Para comprovar a situação de inviabilidade competitiva, a unidade demandante trouxe ao processo o arquivo digital do **Contrato Administrativo nº 042/2023**, firmado pela Prefeitura do Município de Porto Velho na data de 04/08/2023, pelo prazo de 12 meses a partir da data última assinatura, com a empresa **CRT PORTO VELHO S/A**, que tem como objeto a destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU do Município de Porto Velho/RO. De acordo com o preâmbulo do referido instrumento a contratação foi formalizada com fundamento no **caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93** ([1078119](#)). A leitura desse documento não revelou que a empresa prestará os serviços em regime de exclusividade para a Municipalidade de Porto Velho. Contudo, o registro desse fundamento legal no seu preâmbulo, conduz à conclusão óbvia que não há outras empresas aptas à execução dos serviços. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

16. Nessa linha, tem-se que a **CRT PORTO VELHO S/A** é a única empresa contratada pelo Município de Porto Velho/RO para executar a destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU no aterro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sanitário recém instalado em função do encerramento das atividades do Lixão da Vila Princesa (item 2.0 do TR - [1080141](#)). Pelo que se verifica do referido contrato, o custo pela execução desses serviços é da responsabilidade da municipalidade local. Ocorre que a unidade demandante, desde o DFD ([1076382](#)), noticia que o **DECRETO Nº 15603 de 26/11/2018**, publicado no DOM de Porto Velho em 26/11/2018, regulamenta o § 5º do art. 147 da **Lei Complementar nº 199/2010** e trata sobre o Cadastro de Grandes Geradores de Resíduos no Município de Porto Velho, o qual responsabiliza aos grandes produtores pela coleta, transporte e destinação dos resíduos por eles produzidos. Veja-se:

Decreto do Município de Porto Velho nº 15603, de 26/11/2018:

(...)

Art. 2º Para efeitos deste decreto são considerados Grandes Geradores de Resíduos os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros geradores de resíduos sólidos em volume superior a 100 (cem) litros/dia conforme o § 4º do Art. 147 da Lei Complementar 199/2004 .

Art. 3º Fica vedada a coleta pública de resíduos aos empreendimentos que gerem quantidade superior a 200 (duzentos) litros/dia de resíduos, devendo os mesmos arcarem com os custos de coleta, transporte e destinação final dos resíduos gerados. (sem destaques no original)

Lei Complementar do Município de Porto Velho nº 878, de 17/12/2021 (Revoga a LC 199/2010):

Art. 311. São taxas pela utilização de serviços públicos as de:

(...)

§ 1º São considerados grandes geradores, para efeitos deste Código, estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros, geradores de resíduos sólidos em volume superior a 100 (cem) litros dia.

§ 2º Os grandes geradores ficam obrigados a manter atualizado o cadastro da qual constará declaração de volume e massa mensal de resíduos sólidos produzidos pelo estabelecimento, o operador contratado para a realização dos serviços de coleta e o destino da destinação final dos resíduos sólidos, além de outros elementos necessários ao controle e fiscalização pelo Município.

17. Acrescente-se, ainda, que a unidade demandante registrou no item 2.2 do TR ([1080141](#)) que obteve "(...) informações do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) de Porto Velho, de que os grandes produtores de resíduos sólidos, que geram acima de 200 litros de lixo, por dia, devem, até dia 10 de novembro de 2023, pagar pelo transporte e destinação do próprio lixo, conforme os normativos citados acima, demonstra-se a necessidade da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação dos referidos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos para o TRE-RO."

18. A referida exclusividade da **CRT PORTO VELHO S/A** para a execução dos serviços pretendidos é reforçada pela unidade demandante nas razões inclusas no item 13.1 do TR ([1080141](#)), veja-se:

(...)

3. *Comprova-se a exclusividade por meio do CONTRATO n. 42/PGM/2023 - PROCESSO n. 00600-00029612-2023-19-e, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB, DE UM LADO E DO OUTRO LADO A EMPRESA CTR PORTO VELHO S.A., com o objetivo de contratação de empresa especializada em destinação final de resíduos sólidos urbanos — RSU, do Município de Porto Velho/RO.*

4. *Verifica-se a PORTARIA Nº. 089/SEMUSB/2023, que define o prazo de autorização da entrada de resíduos na lixeira Pública da Vila Princesa, e a PORTARIA Nº. 109/SEMUSB/2023, que estabelece que, semanalmente, os resíduos sólidos gerados no município de Porto Velho serão direcionados gradativamente ao aterro sanitário devidamente licenciado, contratado pelo município de Porto Velho por meio do contrato nº042/PGM/2023, em substituição à disposição final na lixeira sanitária. E a transição deverá ser concluída impreterivelmente até a data de 10 de novembro de 2023, onde se dará o encerramento definitivo da disposição final de resíduos na lixeira sanitária da Vila Princesa.*

5. *Por meio dos documentos citados, depreende-se que haverá o fechamento definitivo da lixeira Pública da Vila Princesa, e esta será substituída por um aterro sanitário devidamente licenciado, contratado pelo município de Porto Velho por meio do contrato nº042/PGM/2023, não havendo outro aterro, portanto, que possibilite a contratação por dispensa de licitação com a consulta a mais de um fornecedor para participação na disputa de melhor proposta. (sem destaque no original)*

6. *De acordo com o CONTRATO n. 42/PGM/2023 - PROCESSO n. 00600-00029612-2023-19-e, a previsão inicial é de funcionamento de apenas UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ATERRO SANITÁRIO para receber os resíduos supra informados e todos os demais domiciliares e públicos da região, fato que comprova e impossibilita a competição de fornecedores do ramo.*

19. Em função do exposto - e havendo a unidade demandante constatado que este Tribunal se enquadra na condição de grande produtor de resíduos sólidos, de acordo com a legislação da municipalidade local - afigura-se mesmo necessária a contratação da **CRT PORTO VELHO S/A, CNPJ 44.357.569/0001-84**, única empresa contratada pelo Município de Porto Velho/RO para executar os serviços de destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU no aterro sanitário local.

20. Ainda assim, a possibilidade de a Administração contratar diretamente, seja por dispensa ou inexigibilidade de licitação, não a isenta de comprovar os requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratações diretas, quais sejam: **a) a razão da escolha do fornecedor;** e **b) a justificativa do preço.**

21. No caso em tela, constata-se que a **razão para a escolha do fornecedor** afigura-se clara, vez que o serviço só pode ser prestado exclusivamente pela empresa CRT PORTO VELHO S/A. Assim, demonstrada a adequação entre a demanda da Administração e a oferta do proponente, como no caso em exame, o requisito está cumprido.

22. Nessa linha e em face desse desenho fático, esta Assessoria Jurídica entende possível realizar a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, com fulcro no **Art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**. Deverá ainda ser verificado o cumprimento do requisitos legal de caráter genérico, aplicável a todas as contratações diretas, qual seja, a justificativa do preço (**art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021**), o que se verá adiante neste parecer.

3.2 Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação.

23. De acordo com o **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, a **fase preparatória do processo licitatório** é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

24. Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se da via da contratação direta, por **inexigibilidade de licitação** em razão de ausência de competição para o objeto pretendido, porque prestado de forma exclusiva por um único fornecedor. Para hipóteses como tais a **Lei nº 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

25. Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

CAPÍTULO II

PLANEJAMENTO

Art. 3º *O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:*

I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;

II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;

III - Estudo Técnico Preliminar;

IV - Mapa de Riscos;

V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;

VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;

VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.

§ 1º *O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.*

§ 2º *A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.*

§ 3º *A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE nº 23.702/2022).*

§ 4º *A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 5º A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.

§ 6º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.

§ 7º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta.

3.3 Da análise dos elementos do Documento de Formalização da Demanda - DFD (Solicitação de Contratação).

26. O Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação está disciplinado pelo art. 4º da IN TRE-RO nº 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pela SEAP para o registro de sua demanda ([1076382](#)). Verifica-se que todos os elementos exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante. Destaca-se que nas informações adicionais a unidade justificou a dispensa de equipe de planejamento, estudo técnico preliminar, mapa de riscos da contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato, basicamente por se tratar de contratação singela, não havendo complexidade para a elaboração dos documentos e risco evidenciado na execução do contrato.

27. Também afastou o processamento da contratação por dispensa eletrônica, prevista nos arts. 28 e ss da IN TRE-RO nº 9/2022. Embora nessa fase do planejamento a unidade tivesse ventilado a possibilidade de competição, trouxe justificativas para afastar o procedimento eletrônico. **Tal análise resta prejudicada em função da inviabilidade competitiva para a contratação pretendida.**

28. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do Documento de Formalização da Demanda - DFD ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022.

3.4 Da análise da Estimativa da Despesa.

29. Como já registrado no âmbito deste parecer, a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade para cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicável às contratações diretas, qual seja: a) a **justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei nº 14.133/2021)**.

30. Quanto ao cumprimento do segundo requisito legal da **justificativa do preço**, há regras específicas definidas por este órgão no documento padronizado denominado **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO**, que no caso em análise foi juntado ao processo no evento ([1080140](#)). Tratando-se de inexigibilidade competitiva, tem-se o critério de comparar os preços praticados pela cotante. Contudo, a COMAP registrou que não há informações dos preços praticados com outros entes públicos tendo em vista que a empresa está em fase de implantação de suas atividades em Porto Velho, veja-se:

I - INSERIR no ANEXO I desta Informação o QUADRO com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, linkadas com o número dos eventos no SEI.

(X) Não há grande variação entre os preços obtidos. A empresa está em fase de implantação de suas atividades em PVH, e a obrigatoriedade para que os grandes geradores de resíduos arquem com as despesas decorrentes do uso do aterro sanitário é incipiente, logo, não temos informações dos preços praticados por outros entes públicos para proceder a comparação e análise da variação. Conforme consta nos autos, temos o contrato da Prefeitura de Porto Velho-RO, nº042/PGM/2023 ([1070456](#)).

31. Nessa linha, a análise das informações juntadas ao processo e registradas na **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO** ([1080140](#)) revela que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022.

3.5 Do Termo de Referência.

32. O Termo de Referência está disciplinado pelos arts. 15 e ss da IN TRE-RO nº 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pela COMAP para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1080402](#)). Verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destaca-se:

I - Definição do Objeto - Capítulo 1;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em conformidade.

II - A previsão da contratação no Plano Anual de Contratações de 2023 - Capítulo 2;

Como registrado pela COMAP no item 2.0 do TR, a contratação do serviço de destinação final de resíduos sólidos não está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023, haja vista que se trata de iniciativa não existente quando da elaboração do PCA 2023 e que, por exigência legal, o Tribunal será obrigado a cumprir a partir do dia 10/11/2023, nos termos do Decreto nº 15.603/2018 e a Portaria nº 109/SEMUSB/2023. Notícia, ainda, que inexistem alternativas viáveis à contratação do serviço destinação final de resíduos sólidos demandado.

III - A fundamentação ou justificativa da contratação - Capítulo 3;

Havendo a unidade demandante constatado que este Tribunal se enquadra na condição de grande produtor de resíduos sólidos, de acordo com a legislação da municipalidade local tem-se que há fundamento para a contratação.

IV - Descrição da solução como um todo - Capítulo 4;

Em conformidade.

V - A descrição dos requisitos da contratação - Capítulo 5:

A unidade lista inúmeros critérios de sustentabilidade ambiental.

Destacam-se:

i. a exigência de licença ambiental de operação relacionada aos serviços compatíveis com TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ATERRO SANITÁRIO, emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO - SEMA ([1077962](#));

ii. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico pela empresa contratada para destinação final dos RSU [1080137](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - A previsão de práticas de sustentabilidade - Capítulo 6;

Destaca-se as seguintes exigências:

1. A empresa deve possuir todas as certificações e licenças ambientais exigidas para operar no setor de gestão de resíduos sólidos (condição para contratação - ver item 16 - anexos).

2. Deve ser capaz de implementar um sistema de gestão ambiental eficaz, incluindo procedimentos para minimizar impactos ambientais, reduzir a geração de resíduos, promover a reciclagem e o tratamento residual dos resíduos (condição para contratação - ver item 16 - anexos).

3. A empresa deve adotar práticas voltadas para sua operação, visando reduzir o impacto ambiental, promover a economia circular e buscar formas inovadoras de tratamento e destinação dos resíduos (execução contratual)..

A empresa deve ser capaz de comprovar a destinação final adequada dos resíduos coletados, seja por meio de relatório, documentos ou certificados (execução contratual).

VII - O modelo de execução do objeto - Capítulo 7;

Verifica-se que, na forma do 7.1.1 do TR, o prazo de vigência e execução do contrato foi dimensionado para 24 meses a contar do dia 10/11/2023, podendo, a critério da administração, ser prorrogado por até 60 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

VIII - Modelo de gestão do contrato: - Capítulo 8:

Em conformidade.

IX - Critérios de medição e de pagamento - Capítulo 9;

Em conformidade.

X - Reajuste contratual e alteração - Capítulo 10;

Nota-se a previsão de aplicação do índice oficial do governo federal, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo (IPCA - IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>) para a correção dos valores contratados.

XI - Valor estimado da contratação - Capítulo 11;

Em conformidade.

XII - Aderência orçamentária - Capítulo 12;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em conformidade.

XIII - forma de seleção do fornecedor - Capítulo 13;

Comprovada a inviabilidade competitiva restou o caminho da contratação com inexigibilidade de Licitação, com fundamento no caput do art. 74 da NLLC.

XIV - Critérios de seleção do fornecedor - Capítulo 14;

i. serviço prestado exclusivamente pela pessoa jurídica CTR PORTO VELHO S/A;

ii. **critérios de aceitação da proposta:** Proposta juntada no evento [1077961](#). Justificativas de aceitação constam do ICVEC ([1080140](#));

iii. **critérios de habilitação:** De acordo com o que registrado no item 14.3.1 do TR, a empresa apresentou as licenças, autorizações e certificações exigidas pelas autoridades ambientais e reguladoras para operar legalmente no TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ATERRO SANITÁRIO.

XV - Das infrações e sanções aplicáveis - Capítulo 15;

Em conformidade.

33. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do termo de referência nº 3/2023-COMAP ([1080402](#)) ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

3.6 Da análise da minuta do contrato.

34. A minuta do contrato como documento integrante da fase de planejamento da contratação está disciplinado no § 1º do **art. 21 da IN TRE-RO nº 04/2023**, veja-se:

Art. 21. Cabe à unidade demandante ou à equipe de planejamento da contratação, quando houver, a elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico.

Parágrafo único. A minuta do contrato, elaborada pela unidade competente, integrará os documentos da fase de planejamento da contratação, exceto nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e das quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, hipóteses em que a Administração poderá substituí-la por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. (sem destaques no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

35. Por sua vez, a **Lei nº 14.133/2021** cuidou da formalização de contratos administrativos a partir do art. 89, a saber:

Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

(...)

*Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para **assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente**, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.*

(...)

*Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, **salvo nas seguintes hipóteses**, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:*

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). (Vide Decreto nº 10.922, de 2021) (Vigência)

36. Por certo não se trata de uma contratação com dispensa em razão de valor, mas sim originada em situação de inexigibilidade de licitação - embora situada nos patamantes da dispensa legal em razão do valor. Contudo, verifica-se que objeto compreende a execução de serviços que resultam obrigações futuras às partes. Nesses moldes, tem-se como imperativo a adoção do instrumento de contrato.

37. Por sua vez, a análise dos elementos da minuta do instrumento contratual trazida ao processo pela SECONT no evento [1080730](#) revela que sua redação está adequada às condições ajustadas e decorrentes dos documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante.

38. Em função do exposto e para cumprimento do **§ 4º do artigo 53 da Lei n. 14.133/2021**, tem-se que, sob o aspecto formal, a análise dos elementos da referida minuta revela que o instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – CONCLUSÃO

39. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela adequação legal do Documento de Formalização de Demanda ([1076382](#)), da Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta - ICVEC ([1080140](#)), do Termo de Referência nº 3/2023 - COMAP ([1080402](#)) - também analisados e tidos como regulares pela SAC ([1080405](#)), caso assim também entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022;

b) Pela possibilidade jurídica da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, pelo prazo de 24 meses, dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário, indicados no Termo de Referência analisado, da empresa **CRT PORTO VELHO S/A, CNPJ 44.357.569/0001-84**, haja vista que configurada a situação da inviabilidade competitiva prevista no **Art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021**, pelo valor estimativo de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), que também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública e demais requisitos de habilitação exigidos pela unidade demandante, todos listados no item 14 do TR em análise.

Conforme já apontado no item 8 deste parecer, veio ao processo a programação orçamentária para a cobertura das despesas no exercício de 2023 ([1080964](#)), reserva orçamentária no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) que registra, ainda, que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro. De notar-se que a programação é inferior ao valor remanejado no orçamento de 2023 ([1078234](#)).

Em relação à execução da despesa no exercício de 2024, consta o seguinte registro do Coordenador da COFC ([1080928](#))

*Trata-se de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024 para o qual **não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária** neste exercício financeiro, dos valores a serem executados em 2024, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024 e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME.*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme autorização da SAOFC ([1078017](#)) no exercício financeiro de 2024 haverá o devido ajuste no planejamento orçamentário com remanejamento de "Manutenção predial sob demanda - imóveis da JE em Rondônia" para "Serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos" posto que este item de despesa não constou da PLOA 2024.

Em complemento, registra-se que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação.

40. A análise formal dos termos da minuta carreada ao processo pela SECONT no evento ([1080396](#)), revela que o instrumento encontra-se em harmonia com a legislação de regência, com redação adequada às condições ajustadas e decorrentes dos documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante, estando ainda em **conformidade** com as regras gerais da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, naquilo que aplicável.

41. Com precedente no **Acórdão TCU nº 1.336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

42. Por fim, conforme já registrado no relato deste parecer, em função de erro material, **pede-se que seja desconsiderado o Parecer Jurídico nº 253/2023 ([1083242](#)) antes juntado por esta unidade ao processo.**

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Mikelle Barros de Santana, Estagiário**, em 09/11/2023, às 16:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 09/11/2023, às 16:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1083434** e o código CRC **B54D0599**.